



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

ATA Nº 02/2026

RELATIVA À SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS, CORRESPONDENTE AO NOVO MANDATO DE 2025-2029

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, no foyer do cineteatro de Benavente, no Foyer do Cineteatro de Benavente, realizou-se a segunda sessão extraordinária, do corrente ano, da Assembleia Municipal de Benavente, convocada nos termos da alínea b) do número um do artigo 30.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação vigente, relativa ao quadriénio de dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e nove, com a seguinte **Ordem do Dia**:

PONTO 1 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA QUE, EM REPRESENTAÇÃO DE TODAS AS JUNTAS DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO, INTEGRARÁ O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BENAVENTE, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01;

PONTO 2 - DESIGNAÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CADA PARTIDO POLÍTICO NELA REPRESENTADO QUE INTEGRARÁ O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE, nos termos da alínea b) do artigo 4.º do Regulamento Municipal n.º 715/2015, de 19/10;

PONTO 3 - DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA AR-ÁGUAS DO RIBATEJO, E.I.M. S.A. - PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, a submeter à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31/08, na redação atual;

PONTO 4 - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO CAVALO (AMPC) - PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, a submeter a apreciação e eventual autorização da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual;

PONTO 5 - PROPOSTA DE ORÇAMENTO E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2026 - Apreciação e eventual aprovação, nos termos da disposições conjugadas da alínea a) do número um do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, nas suas redações atuais;

PONTO 6 - PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 12.º do DL n.º 127/2012, de 21/06.

Verificou-se a presença dos seguintes eleitos: - Luís Miguel Neves Feitor, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente, Cristina Maria de Carvalho Borges da Silva Branco, Primeira Secretária da Mesa, Armando Batista de Almeida, Segundo Secretário da Mesa, Miguel de Oliveira Gonçalves, Rui Carlos Carvalho Feijoca, Daniel Alexandre Custódio Manuel, Ivete Belo Mateus, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente, Jorge Manuel da Silva Paiva, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia e Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, todos em representação do PPD/PSD; - José Frederico Abecassis Dotti, Catarina Correia Mestre, Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão, Bruno Manuel Soares Nepomuceno, Paula Cristina da Costa Abrantes Almeida e Augusto Alves Marques, todos em representação do CHEGA; - António Paulo Ramos dos Reis, Rogério da Silva Justino, Joaquim José Pereira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Madruga, Joaquim Correia Castanheiro e Nelson José Pedro Lúcio, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, todos em representação da CDU; - André Filipe Martins Porto, Marta Isabel Salsinha Rita e Carlos Luís Lopes Henriques, em representação do PS.

Justificaram a ausência os seguintes eleitos: Ana Sofia Pinheiro Ferreira Pederneira, do Grupo Municipal da CDU, que foi substituída por Domingos Manuel Marques David Pereira e Inês Alexandra David da Silva Bastos, representante única do Grupo Municipal do CDS-PP, que foi substituída por Pedro Miguel Faria Gonçalves.

A Câmara Municipal de Benavente fez-se representar pela sua Presidente, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino, do PPD/PSD, estando ainda presentes os srs. Vereadores Paulo Sérgio Correia Abreu, igualmente, do PPD/PSD, Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes e Paulo Alexandre Fonseca Cardoso, ambos em representação do CHEGA, Hélio Manuel Faria Justino e Fátima Catarina Gândara Gonçalves Costa Pinheiro Vale, ambos em representação da CDU e Pedro Alexandre Santos Gameiro, em representação do PS.

Constatada a existência de quórum, o sr. **Presidente da Assembleia Municipal de Benavente** declarou aberta a sessão pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, com a presença de vinte e cinco eleitos. Apresentou cumprimentos à sra. Presidente e aos srs. Vereadores da Câmara Municipal, aos srs. membros da Assembleia Municipal, aos funcionários da autarquia, representantes da comunicação social, assim como a todos os participantes que acompanhavam a emissão através das plataformas digitais.

Alertou para a possibilidade de poderem ocorrer falhas na transmissão online da sessão devido a anomalias nas comunicações e energia, derivadas do mau tempo que se tem feito sentir no País.

Salientou que da documentação incluída nas pastas de cada um dos eleitos, se incluíam os boletins de voto relativos ao ponto número um da Ordem do Dia, escolhidos consoante o número de Listas apresentadas.

Iniciou os trabalhos com o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, para o qual se registaram duas inscrições: a sra. Palmira Alexandra de Carvalho Morais Alexandre Machado, residente em Benavente, e José Manuel Martins Simãozinho, residente em Porto Alto.

A munícipe **Palmira Alexandra Machado**, depois de cumprimentar os presentes, destacou o papel do poder local e da autonomia das autarquias locais na prossecução dos interesses das populações. Salientou a importância da liderança para o desenvolvimento do concelho e **enalteceu o percurso de António José Ganhão**, que exerceu o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Benavente entre 1979 e 2013, referindo o seu contributo para o crescimento e projeção do Município, bem como o reconhecimento obtido ao longo do seu mandato, incluindo a condecoração com a Menção Honrosa de Comendador da Ordem de Mérito, em 7 de junho de 2013. Considerou, contudo, que tal reconhecimento deveria ser reforçado institucionalmente através da atribuição da Medalha de Honra Municipal, nos termos do Regulamento em vigor, desafiando os eleitos da Assembleia a avaliarem essa possibilidade. Declarou intervir em nome próprio, motivada pelo reconhecimento do serviço público prestado.

O munícipe **José Manuel Simãozinho**, em representação do Grupo Mota "Família de Estrada" do Porto Alto, felicitou a sra. Presidente da Câmara pela eleição e agradeceu a colaboração de vários autarcas e entidades pelo apoio prestado à associação, nomeadamente, na **cedência de instalações** e na divulgação das suas iniciativas. Sublinhou o carácter solidário da associação e a sua intenção de contribuir para a valorização do concelho. Manifestou, contudo, desagrado por dificuldades de comunicação com a Câmara Municipal e por não ter sido recebido inicialmente pela sra. Presidente, apesar de reconhecer que a reunião posterior com o sr.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Vice-Presidente foi positiva. Demonstrou discordância quanto à impossibilidade de utilização de um terreno anteriormente equacionado para a associação, alegadamente por risco de inundação, e solicitou a resolução do problema do acesso a um armazém onde se encontram bens da coletividade. Mostrou disponibilidade para novo encontro e reiterou a vontade da associação em desenvolver projetos e eventos em benefício da comunidade.

O sr. Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as intervenções e informou que o teor da intervenção da cidadã Palmira Alexandra Machado seria analisado posteriormente, para definição dos passos a seguir. Questionou, ainda, a sra. Presidente da Câmara se tencionava intervir.

A sra. Presidente da Câmara Municipal, após as saudações habituais, dirigiu-se à munícipe Palmira Alexandra Machado, declarando a sua intenção de propor à Câmara Municipal de Benavente a atribuição da Medalha de Honra do Município ao antigo Presidente António José Ganhão, bem como a realização da respetiva cerimónia de homenagem no próximo dia 25 de Abril.

Relativamente à intervenção do sr. José Manuel Simãozinho, referiu que, embora não tenha podido estar presente na reunião devido à sua agenda, teve conhecimento de que o encontro com o sr. Vice-Presidente e o adjunto foi produtivo e que se continua a trabalhar numa solução, reconhecendo a importância das matérias apresentadas, mas que existiam outras questões igualmente graves a exigir atenção.

Após a conclusão do período anterior, foi declarado o INÍCIO DO PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO 1 – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA QUE, EM REPRESENTAÇÃO DE TODAS AS JUNTAS DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO, INTEGRARÁ O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BENAVENTE, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01:

O sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal resumiu a matéria que consta do ponto, questionando o plenário sobre propostas a apresentar.

O eleito Ricardo Oliveira, do Grupo Municipal do PSD, depois dos habituais cumprimentos, informou que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata havia analisado o assunto em conferência de representantes e que, atendendo à circunstância política, tinha sido ponderada a possibilidade de a presidência da Junta da Barrosa, da CDU, assumir essa função. Contudo, considerou-se que a sra. Ivete Belo Mateus, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente, reunia as características mais adequadas para integrar um órgão tão específico como aquele que está em causa, razão pela qual o seu nome foi proposto ao sufrágio, com a concordância dos restantes Grupos Municipais.

Posteriormente, a eleita Cristina Brandão, do Grupo Municipal do CHEGA, afirmou que, embora o Chega não dispusesse de qualquer Presidente de Junta eleito, o seu partido depositava confiança na Presidente da Junta de Freguesia de Benavente, para o exercício dessas funções.

Não havendo mais propostas, a Mesa designou a única candidatura como lista A. Seguiu-se a votação por escrutínio secreto, tendo o sr. Presidente da Assembleia chamado nominalmente os eleitos para exercerem o seu direito de voto. Concluído o processo e efetuada a contagem, que contou com a colaboração de um membro de cada força política representada, anunciou que a sra. Ivete Belo Mateus, Presidente da Junta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Freguesia de Benavente, fora eleita por unanimidade para integrar o Conselho Municipal de Educação de Benavente, em representação de todas as Juntas de Freguesia do Município.

PONTO 2 - DESIGNAÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CADA PARTIDO POLÍTICO NELA REPRESENTADO QUE INTEGRARÁ O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE, nos termos da alínea b) do artigo 4.º do Regulamento Municipal n.º 715/2015, de 19/10:

O sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que, à semelhança do ponto anterior, o tema tinha já sido tratado em sede de Conferência de Representantes, realizada no passado dia 27 de janeiro. Questionou que propostas os Grupos Municipais tinham para apresentar.

Foram anunciadas cinco propostas por cada um dos representantes de cada partido com assento na Assembleia Municipal de Benavente: Cristina Brandão, do CHEGA, André Porto, do PS, Paulo Reis, da CDU, Pedro Gonçalves, do CDS-PP e, por último, Daniel Manuel, do PSD, que manifestou satisfação pela ativação do Conselho Municipal da Juventude, considerando-o essencial para promover a participação dos jovens na vida democrática local. Recordou que o órgão tinha permanecido inativo durante anos, o que representara uma oportunidade perdida para envolver os jovens do concelho, defendendo que deveria funcionar de forma efetiva, regular e participada.

Depois de anunciados os nomes, foi deliberado designar para integrar o CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE BENAVENTE, os seguintes eleitos:

1. Miguel de Oliveira Gonçalves, do PSD;
2. Inês Alexandra David da Silva Bastos, do CDS-PP;
3. Catarina Correia Mestre, do CHEGA;
4. Ana Sofia Pinheiro Ferreira Pederneira, da CDU;
5. Marta Isabel Salsinha Rita, do PS.

PONTO 3 - DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA AR-ÁGUAS DO RIBATEJO, E.I.M. S.A. - PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, a submeter à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31/08, na redação atual:

Apresentar o Ponto, a sra. Presidente da Câmara indicou, apenas, que a matéria decorre da Lei, dispensando mais comentários, além do que consta da respetiva documentação de suporte.

Não se registaram inscrições para debate, pelo que se passou à votação do Ponto 3, tendo sido deliberado aprovar, por unanimidade A PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA AR-ÁGUAS DO RIBATEJO, E.I.M.S.A., PARA O MANDATO 2026-2029.

PONTO 4 - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO CAVALO (AMPC) - PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, a submeter à apreciação e eventual autorização da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual:

A sra. Presidente da Câmara salientou que a decisão tomada, por unanimidade, pela Câmara Municipal reconhecia a importância cultural, histórica, económica e social do setor equestre, destacando o contributo dos criadores locais e o potencial turístico associado. Referiu ainda a relevância da Companhia das Lezírias,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

em Samora Correia, e a qualidade dos cavalos produzidos nas freguesias de Samora Correia, de Santo Estevão e de Benavente, que projetavam internacionalmente o Município.

Aberto o debate, o eleito José Dotti, do CHEGA, destacou a importância dos criadores de cavalos para a economia local e defendeu que deveria, também, ser valorizado o papel da "Sociedade das Silveiras", sublinhando a sua relevância na atração de visitantes.

O eleito Bruno Nepomuceno, do CHEGA, considerou que a adesão deveria ser analisada com sentido estratégico e responsabilidade. Embora reconhecesse o peso identitário e económico da tradição equestre, questionou os benefícios concretos da integração, nomeadamente projetos, apoios e retorno económico, defendendo que a participação deveria gerar valor efetivo e não assumir um carácter meramente formal.

Por sua vez, o eleito Paulo Reis afirmou que o cavalo fazia parte da cultura, do património, da economia e do potencial turístico local. Procurou ainda repor o que considerou ser a verdade relativamente ao mandato anterior, explicando que existira intenção de aderir à associação desde a sua criação, mas que o Município aguardara um convite e não fora suficientemente célere. Confirmou, assim, o voto favorável da CDU.

Por fim, o eleito Rui Feijoca, do PSD, salientou a forte ligação do território às atividades equestres e às tradições taurinas, entendendo-as como elementos identitários e diferenciadores do património imaterial do concelho. Considerou que a adesão, embora tardia, demonstrava compromisso com a valorização do cavalo lusitano, com o apoio às atividades equestres e com a salvaguarda das práticas taurinas, enquanto manifestação cultural com raízes no Ribatejo.

No momento, às vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, o sr. Presidente da Assembleia Municipal foi informado pelos técnicos de som de que tinha havido um corte na transmissão online, devido aos problemas relacionados com os efeitos do mau tempo, a que se tinha referido no início da sessão. Nessa circunstância, tomou a decisão de suspender os trabalhos por cerca de cinco minutos, após o que, face à demora na reposição, resolveu dar continuidade aos trabalhos da sessão.

Retomando a palavra, o eleito Rui Feijoca acrescentou que o cavalo poderia desempenhar um papel relevante no futuro do desenvolvimento turístico e económico do concelho, permitindo a participação ativa em projetos e iniciativas de promoção do setor do turismo equestre.

Concluída a discussão do Ponto 4, foi o mesmo submetido a votação, tendo sido deliberado aprovar por unanimidade A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO CAVALO (AMPC).

PONTO 5 - PROPOSTA DE ORÇAMENTO E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2026 - Apreciação e eventual aprovação, nos termos das disposições conjugadas da alínea a) do número um do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, nas suas redações atuais:

A Sra. Presidente da Câmara iniciou a apresentação sublinhando que se trata do primeiro orçamento do novo Executivo, elaborado após a vitória nas eleições e num período inicial dedicado à reorganização interna do Município. Informou que o seu valor global é de 39.416.654,00€ (trinta e nove milhões quatrocentos e dezasseis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

mil seiscentos e cinquenta e quatro euros, estruturado em três pilares fundamentais: responsabilidade, estabilidade e visão de futuro para o concelho, que procura afirmar uma gestão mais sólida e superar o orçamento anterior, reconhecendo simultaneamente o peso da herança financeira recebida.

Destacou que cerca de **16 milhões de euros**, quase metade do seu valor, já se encontram comprometidos por projetos assumidos pelo Executivo anterior, num contexto económico exigente, o que condiciona a margem de atuação municipal. Ainda assim, o orçamento assenta na boa gestão dos recursos públicos para melhorar a qualidade dos serviços e reforçar a capacidade de resposta municipal em várias áreas encontradas deficitárias.

Realçou que as prioridades estratégicas para 2026 concentram-se na **educação, ambiente, habitação, apoio ao movimento associativo e IPSS e valorização do território**, procurando melhorar as condições de vida da população, os núcleos urbanos e a mobilidade do concelho. O documento tem como base o rigor orçamental, garantindo estabilidade financeira, respeitando os princípios da legalidade, da transparência e da sustentabilidade das contas públicas, enquanto cria uma margem para novos investimentos em áreas essenciais e estruturantes para o concelho, apoiados por fundos comunitários e instrumentos de financiamento nacionais.

Transmitiu que, no domínio da **educação**, foi assumida a **criação de uma creche municipal** para responder à falta de vagas e apoiar as famílias, promovendo a igualdade de oportunidades desde a primeira infância. Está também prevista a implementação do **ensino artístico integrado de música** na Escola João Fernandes Pratas, em Samora Correia, e o arranque imediato do projeto da futura **escola secundária em Samora Correia**, considerada uma valência essencial para acompanhar o crescimento populacional.

Indicou que, na **habitação**, o Executivo pretende redefinir projetos não executados no âmbito da Estratégia Local de Habitação e do PRR, lançar novas construções, arrancar com a reabilitação de fogos existentes e avaliar sistemas construtivos modulares que permitam acelerar a resposta habitacional com metas mais realistas.

Quanto ao **ambiente e salubridade**, frisou que tinha sido já apresentada no final do ano anterior uma candidatura ao Fundo Ambiental para aquisição de novos veículos de recolha de resíduos, substituindo uma frota envelhecida e aumentando a sustentabilidade e a eficiência dos serviços municipais de higiene urbana.

Na **mobilidade**, estão previstas intervenções para criar bolsas de estacionamento em Samora Correia e em Benavente, que irão permitir o aumento da oferta, contribuindo para a melhoria da funcionalidade do espaço público e o apoio ao comércio local.

Mencionou que o orçamento contempla ainda o **reforço do apoio às coletividades, associações e IPSS** reconhecendo o papel da Câmara Municipal na dinamização cultural, desportiva e social. Na **cultura** prevê-se o financiamento específico para programação, valorização do património material e imaterial e incentivo à criação artística, entendida como fator de coesão territorial, de identidade e de valorização do património. Complementou que a aposta na cultura permitirá reforçar a oferta cultural ao longo do ano, promovendo iniciativas que contribuam para a dinamização económica e para a projeção externa do Município. Nesse contexto, anunciou a consolidação de um **novo modelo de festival**, mais abrangente e sustentável, destinado a valorizar a identidade local e a promover o território e a gastronomia do Município.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

A concluir, a **Sra. Presidente da Câmara** definiu o documento como um **Orçamento de responsabilidade, estabilidade e visão**, centrado no equilíbrio financeiro como condição essencial para investir nas pessoas, no território e no futuro do Município, honrando o compromisso assumido com os seus munícipes. Afirmou, ainda, que o plano já integra soluções para problemas concretos da população e abre novas perspetivas de desenvolvimento para o futuro.

Aberta a discussão, a **eleita Marta Salsinha, do PS**, começou por expressar solidariedade às famílias, aos proprietários dos espaços comerciais, às coletividades e associações, que viram as suas casas e instalações afetadas pelo mau tempo, aos funcionários da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, aos voluntários, e a todas as entidades envolvidas, que ajudaram a superar os efeitos provocados pelo mau tempo, deixando-lhes uma palavra de apreço pelo esforço feito, assim como de preocupação pelos causados.

O **sr. Presidente da Assembleia Municipal** alertou a eleita de que se estava a desviar do tema em discussão, devendo cingir-se à matéria respeitante ao ponto.

Retomando a palavra, a **eleita Marta Salsinha** afirmou que, apesar da proximidade do concelho a Lisboa, existiam mais de 10 mil utentes no Município sem acesso a médico de família, considerando incompreensível que ...

No momento, vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos, chegou à Mesa a indicação de que a transmissão online tinha sido retomada.

Continuando, a **eleita Marta Salsinha** repetiu que considerava incompreensível que, sendo Benavente um concelho vizinho de Lisboa, com um orçamento de valor superior a 39 milhões de euros, não contemplasse medidas concretas para a captação e fixação de profissionais de saúde, num universo de cerca de 10 mil pessoas sem médico de família. Questionou, ainda, as ações previstas para pressionar as entidades competentes para a abertura do posto médico do Porto Alto e as estratégias para promover, proteger, desenvolver e alavancar o comércio local, defendendo que este setor era fundamental para a identidade e para a economia municipal. Destacou, também, a importância da educação e manifestou preocupação com a insuficiência de vagas em creches, sobretudo, em Samora Correia, onde a lista de espera ultrapassa as 250 crianças, perguntando como era possível essa situação.

A **eleita Catarina Mestre** afirmou que o projeto de requalificação do Celeiro dos Arcos, em Benavente, constava dos GOP-Grandes opções do Plano há vários anos, sem execução, atribuindo a responsabilidade principal ao Executivo anterior. Contudo, mesmo que o Executivo atual tenha herdado esse problema, considerou inadmissível que, a poucos meses da maior festa do Concelho, não existissem condições adequadas para a realização do evento, criticando o que classificou como política de promessas não cumpridas e solicitando medidas concretas para garantir a sua realização futura.

O **eleito Bruno Nepomuceno** reconheceu o orçamento como globalmente equilibrado, com uma estratégia definida e com uma preocupação evidente em várias áreas estruturantes do concelho, defendendo, contudo, a necessidade de o melhorar. Salientou a importância da proteção civil e propôs o reforço do investimento em equipamentos de proteção individuais para as duas corporações de bombeiros, entendendo que tal teria um impacto financeiro reduzido, mas de grande relevância humana e operacional.

O **eleito André Porto** reconheceu o contexto de transição, tratando-se do primeiro orçamento do Executivo, mas afirmou que tal não poderia justificar todas as falhas. Criticou a existência de cerca de 11 milhões de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

euros por definir, entendendo que o documento revelava falta de planeamento estratégico e de um rumo claro para o concelho. Questionou a execução da **habitação financiada pelo PRR**, duvidando da capacidade do Executivo de entregar casas dentro dos prazos e apontou a ausência de medidas para problemas como o **trânsito pesado em Samora Correia** e o **estado degradado das estradas**, defendendo uma atuação mais firme junto das entidades responsáveis.

O eleito **Paulo Reis** começou por agradecer o trabalho técnico na elaboração do orçamento e sublinhou a dificuldade inerente a esse processo. Considerou irrealista esperar mudanças imediatas no primeiro orçamento, lembrando a existência de compromissos e obras em curso que obrigavam à definição de prioridades. Defendeu uma postura política responsável num mandato sem maioria e alertou para a limitação das receitas municipais. Referiu, ainda, que o eventual recurso ao endividamento deveria ser feito com critério. Concluiu afirmando que a CDU viabilizaria o orçamento, assumindo o compromisso de contribuir para a governabilidade do concelho.

O eleito **Augusto Marques, do CHEGA**, descreveu como preocupante o cenário da **habitação** nas Grandes Opções do Plano, considerando evidente a insuficiência das propostas face às necessidades das famílias e dos jovens. Demonstrou especial apreensão com a falta de execução das medidas no terreno e questionou quantas habitações estavam já lançadas, adjudicadas ou, em obra, manifestando apoio a soluções de construção rápida, como a modular, tendo pedido esclarecimentos sobre a Estratégia Local de Habitação.

A eleita **Paula Almeida, do CHEGA**, reconheceu que o orçamento herdado implicava encargos, mas considerou que a indefinição de verbas revelava falta de ambição para resolver problemas estruturais. Centrou a sua intenção no **desenvolvimento económico**, defendendo maior apoio às empresas, criação de emprego e reforço das qualificações. Considerou reduzida a percentagem do orçamento destinada ao dinamismo económico e questionou a estratégia de investimento estruturante num cenário plurianual. Alertou, ainda, para a articulação entre a construção das ciclovias na EN 118 e a anunciada requalificação da mesma via, sugerindo a necessidade de coordenação entre projetos.

O eleito **Carlos Henrique** referiu que o PS não exigia resultados imediatos, reconhecendo que três meses eram insuficientes para concretizar medidas, mas, defendeu que o orçamento deveria evidenciar prioridades claras. Criticou a existência de numerosas verbas cabimentadas ainda por definir, considerando que tal gerava incerteza quanto à realização de projetos como a Casa Mortuária de Benavente e o Parque Urbano do Porto Alto. Questionou, igualmente, a definição do **Festival**, afirmando que persistem dúvidas quanto ao seu enquadramento.

O eleito **Miguel Gonçalves** contextualizou o orçamento como o primeiro de um novo ciclo político, elaborado num contexto de tempo limitado e após um longo período de governação anterior, destacando os compromissos financeiros herdados e constrangimentos internos já ultrapassados. Considerou expectável que a visão estratégica do Executivo ainda não estivesse integralmente refletida, mas apontou o avanço de medidas relevantes nas áreas da educação, nomeadamente, a construção da nova escola secundária de Samora Correia e de uma creche municipal; da habitação, com projetos de construção e de reabilitação; da higiene urbana, através do reforço de viaturas da recolha de resíduos; e da mobilidade, com a criação de bolsas de estacionamento. Entendeu tratar-se de um orçamento responsável, que honra os compromissos anunciados pelo anterior Executivo e que justificam os cerca de 16 milhões de euros cativos. Salientou, ainda, que o documento acolheu várias propostas da oposição, como mais-valia no propósito que a todos une, visando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

a melhoria dos serviços municipais e da qualidade de vida da população, na perspetiva de uma mudança e de uma nova visão de futuro.

A eleita **Cristina Brandão, do CHEGA**, recordou a longa permanência da CDU no Executivo e, falando também como professora, valorizou as obras previstas para a **educação**, mas pediu clarificação sobre prazos, prioridades, localização e modelo da **nova creche**. Sustentou que os munícipes necessitavam de garantias concretas e não, apenas, de intenções.

O eleito **Pedro Gonçalves, do CDS**, afirmou intervir por convicção política e sublinhou que o orçamento era um instrumento de governação, não de comunicação. Referiu que o Executivo herdara cerca de dezasseis milhões de euros em compromissos e sustentou que a ação política deveria assentar em decisões responsáveis e financeiramente sustentáveis. Identificou como pilares a estabilidade financeira, o rigor orçamental e o desenvolvimento estruturante, **destacando investimentos nas áreas da educação, habitação, ambiente, mobilidade, apoio ao movimento associativo e cultura**. Relativamente às verbas por definir, considerou tratar-se de uma opção prudente e transparente. Quanto à **escassez de médicos**, entendeu que se tratava essencialmente de uma competência do Estado central, criticando a transferência dessa responsabilidade para o município. Informou, por fim, que o CDS votaria favoravelmente o orçamento, na medida em que traduz uma governação responsável, assente em contas certas, em prudência financeira e no respeito pelo dinheiro dos contribuintes.

O eleito **José Dotti** abordou a área da **saúde**, atribuindo responsabilidades à governação de esquerda pelo esgotamento da oferta existente. Defendeu a **reabertura do posto de saúde do Porto Alto**, a **criação de uma unidade de saúde móvel** e a **implementação de um seguro municipal de Saúde**, questionando se o Executivo ponderaria estas propostas.

O eleito **Paulo Reis** respondeu a críticas relativas ao longo período de governação da CDU no concelho, afirmando que o crescimento do concelho resultara do trabalho desenvolvido sob essa liderança e manifestando orgulho nesse percurso. Rejeitou, igualmente, a responsabilização do PCP pelos problemas na área da saúde, sustentando que o partido sempre defendera o fortalecimento do setor.

Por último, o eleito **Ricardo Oliveira, do PSD**, registou as intervenções das restantes bancadas como contributos legítimos para o debate, mas criticou a postura do Partido Socialista, acusando-o de incoerência ao exigir soluções imediatas apesar das responsabilidades assumidas no anterior Executivo. Recordou que a redução da participação variável do IRS, defendida pelo PS, implicara uma diminuição da receita municipal em cerca de um milhão de euros, condicionando a capacidade de investimento. Explicou que o orçamento resultava do necessário equilíbrio entre receitas e despesas obrigatórias e esclareceu que os cerca de onze milhões de euros por definir seriam enquadrados com a entrada do saldo de gerência na revisão orçamental. Admitiu, ainda, o recurso ao endividamento como instrumento legítimo para responder a necessidades estruturais e salientou que vários dos problemas identificados eram anteriores ao Executivo atual, defendendo uma abordagem colaborativa para a sua resolução.

Rejeitou acusações dirigidas ao Executivo relativamente à área da saúde e atribuiu ao PS responsabilidades pelo estado do SNS-Serviço Nacional de Saúde. Como exemplo da atuação municipal, referiu a manutenção do atendimento médico na Extensão de Saúde de Foros de Almada, explicando que tal resultara da iniciativa da sra. Presidente da Câmara ao promover um protocolo que permitiu a contratação de um médico, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

articulação com a Santa Casa da Misericórdia de Benavente e a ULS-Unidade Local de Saúde, de Vila Franca de Xira.

Defendeu, ainda, a união de esforços entre os agentes políticos para responder às necessidades da população, criticando discursos que, no seu entender, fomentavam divisões entre Benavente e Samora Correia. Sustentou que todo o concelho deveria ser encarado de forma integrada e apelou ao abandono de rivalidades territoriais, promovendo, antes, a coesão municipal.

Não havendo mais inscrições, foi concedida a palavra à sra. Presidente da Câmara Municipal para responder às questões que lhe foram suscitadas.

Esclareceu que o Executivo se encontrava em funções há cerca de dois meses e meio e que o programa eleitoral fora concebido para um mandato de quatro anos, não podendo ser integralmente refletido no primeiro orçamento. Informou que com a integração do saldo de gerência no orçamento, prevista para o próximo mês de fevereiro, seria aberta uma nova fase de discussão para definição das obras prioritárias e eventual reavaliação financeira, incluindo a possibilidade de recurso ao crédito, caso se justificasse.

Relativamente à área da **saúde**, afirmou que o Executivo não prometera resolver todos os problemas em cem dias, mas, sim, iniciar processos e reforçar relações institucionais. Indicou que já tinham sido realizadas reuniões com as Unidades Locais de Saúde de Vila Franca de Xira e de Santarém e com o parceiro fundamental que é a Santa Casa da Misericórdia, destacando o reforço do programa "Bata Branca" na colocação de médicos e a existência de incentivos para atrair médicos para o concelho. Esclareceu, ainda, que a orientação da ULS não passava pela abertura de novas extensões, retirando as mais afastadas dos centros urbanos, mas pelo reforço da Unidade de Saúde Familiar de Samora Correia. Quanto à Associação de Socorros Mútuos de Benavente, referiu que o Município apoiaria as intervenções necessárias, nomeadamente na substituição do telhado da sede, embora a falta de médicos inviabilizasse, para já, a expansão da resposta ao Porto Alto.

No âmbito do **comércio local**, salientou a sua importância para a dinâmica económica do concelho e destacou a criação de bolsas de estacionamento em Benavente e no centro histórico de Samora Correia, como medidas destinadas a facilitar o acesso aos estabelecimentos e estimular a atividade comercial.

Quanto à **educação**, identificou vários investimentos prioritários, nomeadamente, a elaboração do projeto do centro escolar de Santo Estevão, a preparação da candidatura para financiamento da nova escola secundária de Samora Correia, para ser entregue até 30 de junho próximo, e a criação de uma creche. Esclareceu que, após análise técnica, a solução mais rápida passaria pela adaptação de um edifício municipal em Benavente, enquanto em Samora Correia seria necessária uma construção de raiz, defendendo que o fundamental era aumentar a oferta de vagas. Referiu, ainda, a introdução faseada de novas valências do ensino artístico, que irão começar pela área da música, na Escola João Fernandes Pratas, em Samora Correia e o **reforço das bolsas de estudo**, no valor de dez mil euros.

No setor da **proteção civil**, considerou que o investimento seria sempre insuficiente face às necessidades e elogiou a atuação coordenada dos serviços municipais, dos bombeiros das duas Corporações, das forças de segurança e das Juntas de Freguesia de Samora Correia e de Santo Estevão na resposta a ocorrências recentes, admitido apoio financeiro adicional às corporações de bombeiros, para aquisição de equipamentos.

Relativamente à **Estratégia Local de Habitação**, reconheceu constrangimentos decorrentes dos prazos do PRR e da inexistência de obras em curso, informando que o Município estava a rever o plano em articulação com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

a Secretaria de Estado da Habitação, para evitar a perda de financiamento. Indicou a intenção de adaptar projetos a soluções construtivas mais rápidas e admitiu maior comparticipação municipal, defendendo uma política continuada de reabilitação e construção habitacional, incluindo respostas para jovens.

Acrescentou que fora iniciado um processo de **reestruturação dos serviços municipais** com o objetivo de aumentar a eficiência administrativa e de atrair maior nível de investimento, em termos de empresas e de habitação. Sobre as **ciclovias**, esclareceu que o projeto seria articulado com a requalificação da Estrada Nacional 118, em coordenação com a Infraestruturas de Portugal.

No que respeita ao **Parque Urbano do Porto Alto**, informou que, após reunião com a comissão de moradores, ficara acordada a elaboração do projeto durante o ano em curso e o início da obra no ano seguinte.

A terminar, explicou que a suspensão de atividades na **sede da Sardinha Assada de Benavente** resultara de preocupações de segurança na sequência de uma explosão ocorrida anteriormente, tendo o Município providenciado alternativas, nomeadamente, a utilização do centro cultural e espaços para armazenamento de equipamentos, garantido, assim, a continuidade das iniciativas associativas.

Finalizado o debate, procedeu-se à votação do **Ponto 5**, tendo sido deliberado **aprovar, por maioria, as PROPOSTAS DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2026**, com dezasseis votos a favor, sendo nove do PSD, um do CDS e seis da CDU, e nove abstenções, sendo seis do CHEGA e três do PS.

O eleito **André Porto** apresentou uma **declaração de voto oral** justificativa do sentido de voto do Grupo Municipal do PS. Referiu que o Partido optara pela abstenção por considerar que o orçamento não apresentava uma estratégia clara de futuro. Acrescentou que tal posição constituía um sinal de confiança e de responsabilidade e não um "cheque em branco". Rejeitou as acusações de que o PS, no mandato anterior, retirou do orçamento anterior um milhão euros quando o colocou no bolso das famílias. Reportou, ainda, que a nível nacional a Ministra do PS se tinha demitido quando ocorreu uma morte por incompetência do SNS, ao contrário da governação atual que tem muito "*sangue nas mãos*".

Por sua vez, o eleito **Ricardo Oliveira** interpelou a Mesa para defesa da honra do seu Grupo Municipal, manifestando indignação perante a afirmação de que a governação tinha "*sangue nas mãos*". Considerou a expressão inqualificável e desrespeitadora do esforço dos milhares de profissionais de saúde do SNS-Serviço Nacional de Saúde, salientando que, apesar das dificuldades, muitas vidas são salvas diariamente. Desafiou o PS a retratar-se em relação à expressão utilizada.

O eleito **André Porto** pediu a palavra e reconheceu que a expressão utilizada poderia ter sido infeliz e demasiado forte, apresentando desculpas, caso tivesse ofendido. Ainda assim, reiterou o reconhecimento pelo trabalho dos profissionais do SNS e criticou a aposta nas privatizações na área da saúde.

PONTO 6 – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 12.º do DL n.º 127/2012, de 21/06:

A sra. Presidente da Câmara dispensou explicações adicionais, para além das que constavam da informação disponibilizada aos eleitos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Não se tendo registado intervenções, passou-se de imediato à votação do Ponto 6, tendo sido aprovada, por unanimidade, A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

Já após a conclusão do PERÍODO DA ORDEM DO DIA, o eleito Paulo Reis, da CDU, solicitou um momento para que os Grupos Municipais deixassem umas palavras de alento e de solidariedade às populações sobre a situação recente provocada pelas intempéries, a exemplo do que tinha acontecido com a eleita Marta Salsinha, que se referiu ao assunto durante a discussão do Ponto 1 da Ordem do Dia.

A Mesa da Assembleia Municipal acolheu o pedido, concedendo um minuto a cada um dos Grupos Municipais.

O Grupo Municipal do PSD, através do eleito Ricardo Oliveira, destacou a tragédia que assolou o País e os seus impactos no concelho, elogiando o trabalho do Serviço Municipal de Proteção Civil, das equipas municipais e das Juntas de Freguesia, bem como dos Bombeiros, da GNR e de entidades privadas, sublinhando que a resposta foi adequada, eficaz e sem vítimas.

O Grupo Municipal do CHEGA, por intermédio do eleito Bruno Nepomuceno, agradeceu o empenho dos Bombeiros, Juntas de Freguesia, GNR e demais entidades, referindo o elevado número de ocorrências e recordando uma vítima mortal registada noutro concelho. Sublinhou que, apesar das limitações, os esforços foram desenvolvidos com rapidez e solidariedade.

O Grupo Municipal da CDU, pela voz do eleito Paulo Reis, manifestou pesar pelas vítimas e solidariedade para com todos os afetados, incluindo famílias e empresários, agradecendo o trabalho das várias entidades envolvidas na reposição da normalidade. Assinalou, ainda, de forma crítica, a ocorrência de nova falha no sistema SIRESP.

O Grupo Municipal do PS, pela eleita Marta Salsinha, reiterou palavras de solidariedade para com a população e agradeceu o trabalho incansável dos funcionários municipais, das Juntas de Freguesias, do pessoal dos Bombeiros, da GNR e da Proteção Civil.

Por último, o Grupo Municipal do CDS-PP, através do eleito Pedro Gonçalves, expressou o seu agradecimento a todos aqueles que estiveram empenhados no terreno e apelou ao apoio às associações de bombeiros, sugerindo, inclusive, a doação do valor das senhas de presença, a que os eleitos têm o direito de receber. Deixou, igualmente, uma mensagem de encorajamento e de solidariedade às pessoas afetadas.

O sr. Presidente da Assembleia Municipal, em nome da Mesa, associou-se, também, à mensagem de reconhecimento e de solidariedade dirigidas à comunidade e a todos aqueles que contribuíram e que continuam a trabalhar para mitigar os efeitos das intempéries que têm assolado o País.

Não havendo mais intervenções, o sr. Presidente da Assembleia Municipal anunciou a leitura da MINUTA DA ATA pela sra. Primeira Secretária da Mesa, Cristina Maria de Carvalho Borges Silva Branco. Após a sua leitura, foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, constituindo o Anexo um à presente ata, da qual faz parte integrante.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos os participantes, dando por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e trinta e cinco minutos, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente ata, que foi apreciada e votada na sessão ordinária subsequente, realizada no dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e seis, tendo sido aprovada por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

unanimidade, após o que foi rubricada e assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Maria Clara C. Parracho, S. Lourenço, coordenadora técnica designada para lavrar as atas, que a elaborei e subscrevi.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente,

A Primeira Secretária da Mesa da Assembleia municipal de Benavente,

O Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente,

A Coordenadora Técnica,



ANEXO ①

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

2ª Sessão Extraordinária de 29 de janeiro de 2026 - Mandato 2026 - 2029

Hora de início: 20:35H
Hora de termo: 23.35H
NÚMERO DE PRESENÇAS: 25 eleitos PPD/PSD: Luís Miguel Neves Feitor, Cristina Maria de Carvalho Borges Silva Branco, Armando Batista de Almeida, Miguel de Oliveira Gonçalves, Rui Carlos Carvalho Feijoca e Daniel Alexandre Custódio Manuel. CHEGA: José Frederico Abecassis Dotti, Catarina Correia Mestre, Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão, Bruno Manuel Soares Nepomuceno, Paula Cristina da Costa Abrantes Almeida e Augusto Alves Marques. CDU: António Paulo Ramos dos Reis, Rogério da Silva Justino, Joaquim José Pereira Madruga e Joaquim Correia Castanheiro. PS: André Filipe Martins Porto, Marta Isabel Salsinha Rita e Carlos Luís Lopes Henriques. Presidentes das Juntas de Freguesia de Benavente: Ivete Belo Mateus (PSD); de Samora Correia: Jorge Manuel da Silva Paiva (PSD); de Santo Estevão: Ricardo Alexandre Frade de Oliveira (PSD); da Barrosa: Nelson José Pedro Lúcio (CDU).
FALTAS: Ana Sofia Pinheiro Ferreira Pederneira, do Grupo Municipal da CDU, que foi substituída por Domingos Manuel Marques David Pereira, e Inês Alexandra David da Silva Bastos, representante única do CDS-PP, que foi substituída por Pedro Miguel Faria Gonçalves.
OBSERVAÇÕES: Compareceram também a esta Sessão a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Sónia Patricia da Silva Ferreira Quintino e os Srs. Vereadores Paulo Sérgio Correia Abreu, Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes, Paulo Alexandre Fonseca Cardoso, Hélio Manuel Faria Justino, Fátima Catarina Gândara Gonçalves Costa Pinheiro Vale e Pedro Alexandre Santos Gameiro.
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: Palmira Machado e José Simãozinho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

2ª Sessão Extraordinária de 29 de janeiro de 2026 - Mandato 2026 - 2029

PONTO N.º 1	ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA QUE, EM REPRESENTAÇÃO DE TODAS AS JUNTAS DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO, INTEGRARÁ O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BENAVENTE, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01;				
APROVAR	X		FAVOR	25	
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	CONTRA		
RATIFICAR		MAIORIA	ABSTENÇÃO		
RETIRAR DA OT			QUALIDADE		
Foi apresentada uma única lista pelo Grupo Municipal do PSD, designada por "Lista A", constituída pela eleita IVETE BELO MATEUS, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente. Feita a votação, por escrutínio secreto, foi apurado o seguinte resultado: Lista A: 25 votos; Votos em branco: 0 ; Votos nulos: 0 . Na sequência do apuramento obtido, foi eleita, por unanimidade, a sra. IVEVE BELO MATEUS, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente, para integrar o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BENAVENTE, em representação de todas as Juntas de Freguesias do Município. Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: Ricardo Oliveira (PSD); Cristina Brandão (CHEGA).					



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

2ª Sessão Extraordinária de 29 de janeiro de 2026 - Mandato 2026 - 2029

PONTO N.º 2	DESIGNAÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CADA PARTIDO POLÍTICO NELA REPRESENTADO QUE INTEGRARÁ O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE, nos termos da alínea b) do artigo 4.º do Regulamento Municipal n.º 715/2015, de 19/10:				
	APROVAR	X		FAVOR	25
	NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	X	CONTRA
	RATIFICAR		MAIORIA		ABSTENÇÃO
	RETIRAR DA OT			QUALIDADE	

Foram apresentadas cinco propostas, uma de cada partido político representado na Assembleia Municipal de Benavente, tendo sido deliberado designar para integrar o CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE BENAVENTE, os seguintes eleitos:

1. Miguel de Oliveira Gonçalves, do PSD;
2. Inês Alexandra David da Silva Bastos, do CDS-PP;
3. Catarina Correia Mestre, do CHEGA;
4. Ana Sofia Pinheiro Ferreira Pederneira, da CDU;
5. Marta Isabel Salsinha Rita, do PS.

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal:

Cristina Brandão (CHEGA); André Porto (PS); Paulo Reis (CDU); Pedro Gonçalves (CDS) e Daniel Manuel (PSD).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

2ª Sessão Extraordinária de 29 de janeiro de 2026 - Mandato 2026 - 2029

PONTO N.º 3	DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA AR-ÁGUAS DO RIBATEJO, E.I.M. S.A. – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, a submeter à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31/08, na redação atual:				
	APROVAR	X		FAVOR	25
	NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	X	CONTRA
	RATIFICAR		MAIORIA		ABSTENÇÃO
	RETIRAR DA OT				QUALIDADE

DELIBERADO APROVAR, POR UNANIMIDADE, A PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA AR-ÁGUAS DO RIBATEJO, E.I.M S.A., PARA O MANDATO DE 2026-2029.

Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: não houve.

Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

2ª Sessão Extraordinária de 29 de janeiro de 2026 - Mandato 2026 - 2029

PONTO N.º 4	ADESÃO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO CAVALO (AMPC) – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL , a submeter a apreciação e eventual autorização da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual:				
	APROVAR	X		FAVOR	25
	NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	X	CONTRA
	RATIFICAR		MAIORIA		ABSTENÇÃO
	RETIRAR DA OT				QUALIDADE
DELIBERADO, <u>APROVAR, POR UNANIMIDADE</u>, A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO CAVALO (AMPC). Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: José Dotti e Bruno Nepomuceno (CHEGA); Paulo Reis (CDU); Rui Feijoca (PSD). Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino.					



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

2ª Sessão Extraordinária de 29 de janeiro de 2026 - Mandato 2026 - 2029

PONTO N.º 5	PROPOSTAS DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2026 – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da disposições conjugadas da alínea a) do número um do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, nas suas redações atuais:				
	APROVAR	X	FAVOR	16	9 PSD, 1 CDS, 6 CDU.
	NÃO APROVAR	UNANIMIDADE	CONTRA		
	RATIFICAR	MAIORIA	X	ABSTENÇÃO	9 6 CHEGA, 3 PS.
	RETIRAR DA OT		QUALIDADE		
DELIBERADO <u>APROVAR, POR MAIORIA</u>, AS PROPOSTAS DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2026.					
Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal:					
Marta Salsinha; André Porto e Carlos Henriques (PS);					
Catarina Mestre; Bruno Nepomuceno; Augusto Marques; Paula Almeida; Cristina Brandão e José Dotti (CHEGA)					
Paulo Reis (CDU);					
Miguel Gonçalves e Ricardo Oliveira (PSD);					
Pedro Gonçalves (CDS/PP).					
O eleito André Porto (PS) apresentou uma declaração de voto oral, justificativa do seu sentido de voto.					
O eleito Ricardo Oliveira (PSD) interpelou a Mesa em defesa da honra do seu Grupo Municipal.					
Por parte do Executivo Municipal, usou da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino.					



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

2ª Sessão Extraordinária de 29 de janeiro de 2026 - Mandato 2026 - 2029

PONTO N.º 6	PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 12.º do DL n.º 127/2012, de 21/06:				
	APROVAR	X		FAVOR	25
	NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	X	CONTRA
	RATIFICAR		MAIORIA		ABSTENÇÃO
	RETIRAR DA OT				QUALIDADE
DELIBERADO <u>APROVAR, POR UNANIMIDADE</u>, A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS. Intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal: não houve. A sra. Presidente da Câmara Municipal prescindiu do uso da palavra para prestar mais esclarecimentos para além daqueles que constavam da documentação que serviu de suporte à matéria em questão.					



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

2ª Sessão Extraordinária de 29 de janeiro de 2026 - Mandato 2026 - 2029

APROVAÇÃO EM MINUTA

APROVAR			FAVOR		
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	CONTRA		
RATIFICAR		MAIORIA	ABSTENÇÃO		
RETIRAR DA OT			QUALIDADE		

Aprovadas, por UNANIMIDADE, em MINUTA, as deliberações, podendo as mesmas adquirir a eficácia legalmente prevista, conforme o disposto nos artigos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A presente Minuta, depois de lida em voz alta, foi aprovada e vai ser devidamente assinada e as suas folhas, em número de **oito**, rubricadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Benavente, Luís Miguel Neves Feitor, pela Primeira Secretária, Cristina Maria de Carvalho Borges Silva Branco, pelo Segundo Secretário, Armando Batista de Almeida e por Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, Coordenadora Técnica do Município de Benavente.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

-Luís Miguel Neves Feitor-

A Primeira Secretária da Mesa,

-Cristina Maria de Carvalho Borges Silva Branco -

O Segundo Secretário da Mesa,

-Armando Batista de Almeida-

A Coordenadora Técnica,

-Maria Clara C. Parracho S. Lourenço-